



Esclavages & post~esclavages

Slaveries & Post~Slaveries

3 | 2020

Inscrire l'esclavage dans les humanités numériques

Thiago Campos PESSOA, *O império da escravidão. O complexo Breves no vale do café (Rio de Janeiro, c. 1850-c.1888)*

Luís Augusto Farinatti



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/slavery/2266>

DOI: 10.4000/slavery.2266

ISSN: 2540-6647

Editora

CIRESC

Referência eletrónica

Luís Augusto Farinatti, «Thiago Campos PESSOA, *O império da escravidão. O complexo Breves no vale do café (Rio de Janeiro, c. 1850-c.1888)*», *Esclavages & Post-esclavages* [Online], 3 | 2020, posto online no dia 27 novembro 2020, consultado o 15 abril 2024. URL: <http://journals.openedition.org/slavery/2266> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/slavery.2266>

Este documento foi criado de forma automática no dia 15 de abril de 2024.



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY-NC-ND 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

Thiago Campos PESSOA, *O império da escravidão. O complexo Breves no vale do café (Rio de Janeiro, c. 1850-c.1888)*

Luís Augusto Farinatti

REFERÊNCIA

Thiago Campos PESSOA, *O império da escravidão. O complexo Breves no vale do café (Rio de Janeiro, c. 1850-c.1888)*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Arquivo Nacional, 2018, 260 p., ISBN: 978-95-60207-89-3, R\$50,00.

- 1 Nos últimos anos, houve um incremento perceptível de trabalhos sobre a grande lavoura escravista de café no Brasil. Ainda que o tema jamais tenha sido abandonado, um conjunto crescente de obras têm proposto olhar novamente para um campo de estudos que não se cansa de mostrar sua relevância. É nesse cenário que se inclui, *O império da escravidão. O complexo Breves no vale do café (Rio de Janeiro, c. 1850-c.1888)*, do historiador brasileiro Thiago Campos Pessoa. A tese que originou o livro venceu, entre outros, o prêmio do Arquivo Nacional de Pesquisa, em 2015.
- 2 Logo nas primeiras páginas, Pessoa anuncia a questão. “Como, em plena segunda metade do século XIX, em tempos de uma economia ocidental mundializada em torno do discurso liberal se processou o reerguimento da escravidão, em graus e dimensões sem precedentes na estrutura de posse do escravismo brasileiro? Não se trata, aqui, no entanto, de idealizarmos aquele discurso, ignorando as várias formas de trabalho compulsório características do Oitocentos. Ao contrário, cabe antes perceber como as incoerências de uma época potencializam suas contradições, naturalizando-as como processos inerentes ao seu desenvolvimento.” (p. 20) O autor insere seu trabalho em um debate de visibilidade crescente na historiografia que se dedica ao estudo do escravismo no século XIX, principalmente entre autores que operam com a ideia de *Segunda Escravidão*.

- 3 O foco recai sobre a grande lavoura cafeeira no Brasil, na província do Rio de Janeiro, onde a escravidão era especialmente forte no Oitocentos. Sua abordagem se centra nas trajetórias e nos complexos produtivos dos irmãos José e Joaquim de Souza Breves, dois dos maiores fazendeiros de café do Império. Mas não apenas neles: os trabalhadores escravizados em suas fazendas são também estudados em sua evolução demográfica, nas tentativas de revolta e nas estratégias buscadas para ampliar suas possibilidades de ação de controle da própria vida.
- 4 O livro se estrutura em duas partes, cada uma delas com quatro capítulos, enfocando sobretudo o período entre o final do tráfico atlântico de Africanos, no início da década de 1850, até a queda da escravidão, em 1888.
- 5 O primeiro capítulo resgata referências aos comendadores Breves em diversos tipos de relatos, desde os contemporâneos à vida dos senhores até aqueles, já no início deste século, feitos por personagens envolvidos com as demandas de comunidades remanescentes de quilombo. O capítulo seguinte redimensiona a imagem dos comendadores a partir das suas inserções políticas ao longo do Oitocentos. Empregando sobretudo correspondências de autoridades, Pessoa demonstra o poder dos comendadores na esfera local, bem como seu papel de destaque no contexto da política provincial do Rio de Janeiro.
- 6 As fazendas dos comendadores compõem o tema do capítulo 3. As principais fontes utilizadas são os inventários post mortem de José e Joaquim Breves. A estrutura das propriedades de ambos era semelhante. Tratavam-se de complexos compostos por diversas fazendas, em maioria contíguas, localizadas no Vale do Paraíba, palco da grande produção do café, e também uma ou algumas propriedades no litoral. Fica bem demonstrada a expansão patrimonial de cada um dos irmãos nas décadas centrais do século XIX, tanto em termos fundiários quanto no que se refere ao incremento da escravaria. O mesmo se pode dizer quanto à participação no tráfico ilegal de africanos escravizados, ao menos até os inícios da década de 1850, viabilizada através de suas fazendas litorâneas.
- 7 Ainda nesse capítulo, Pessoa busca estimar a representatividade das fazendas e escravos nos patrimônios. Um exercício difícil, dado o caráter lacunar e conflituoso dos inventários dos comendadores, realizado com sucesso pelo autor. Fica demonstrada a importância daqueles ativos na composição da fortuna de José e Joaquim Breves, ainda que essas atividades estivessem ao lado de outras. Sua atuação no mercado de crédito, por exemplo, tendeu a incrementar ao longo do tempo, possivelmente substituindo sua participação no tráfico ilegal de escravos a partir das décadas de 1850 e 1860. Contudo, em suas manifestações sociais, eles mostravam que se viam sobretudo como fazendeiros, como senhores de terras e de homens. Pessoa observa que tal identidade não era contraditória com sua visão empresarial no contexto da produção do café para um mercado mundial em expansão, congregando o que considera “duas dimensões mutuamente determinantes: o desenvolvimento do capitalismo e a expansão da escravidão” (p. 80).
- 8 Tomando como porta de entrada a escravaria de José Breves, Pessoa desenvolve, no capítulo 4, a análise da evolução da demografia escrava em diferentes áreas do Vale do Paraíba nos meados do século XIX. Neste e no próximo capítulo, o autor realiza um debate com a historiografia clássica sobre a lavoura cafeeira na região aproximando-se, principalmente, da obra de Robert Slenes. O autor investiga documentos variados, tais como matrículas de escravos, registros de óbitos, censos e relatórios de presidente de

província. A análise é atenta às especificidades sub-regionais dentro do próprio vale. O capítulo não apenas contextualiza as fazendas dos comendadores mas fornece novos dados e aporta uma contribuição efetiva na questão da evolução e da potência econômica da produção cafeeira escravista no vale nas décadas de 1860 e 1870.

- 9 A segunda parte do livro inicia com o capítulo 5, onde o foco recai sobre Joaquim Breves. A análise parte do conhecido episódio da apreensão, em 1851, na propriedade litorânea de Joaquim Breves, de Africanos ilegalmente trazidos para serem escravizados e a luta do comendador para tentar reavê-los. No capítulo também se debate as alternativas buscadas pelo comendador após a efetiva supressão do tráfico atlântico. De um lado, ele promoveu a vinda de trabalhadores europeus e, de outro, envidou esforços e estratégias para a perpetuação do trabalho escravo. É a partir desse mote que a obra se insere no debate historiográfico sobre a relevância da reprodução endógena das escravarias no Vale do Paraíba após 1850, aportando dados para concluir pela efetiva importância da mesma na reiteração da escravidão na lavoura de café. A manutenção de famílias escravas seria uma prática ambígua. De um lado, significava a possibilidade de construção de laços sociais para os próprios cativos, que poderiam aumentar suas possibilidades de autonomia e resistência. De outro, tornaria possível a sobrevivência da escravidão por mais algum tempo. Nesse sentido, a outra face desse processo era o recrudescimento da exploração do trabalho cativo e a busca de utilizar o trabalho e acentuar a dependência daqueles filhos de escravos que, pela Lei do Ventre Livre (1871), já não nasciam mais nessa condição.
- 10 Essas contradições, no entanto, também produziram seus efeitos e se somaram ao clima de tensão e revolta potencial que permeou as escravarias do Vale a partir de finais da década de 1850, bem explorado no capítulo 7. A partir de uma perspicaz investigação indiciária, Pessoa aponta a presença de associações que agregavam escravos e libertos, assentadas sobre referentes culturais que mesclavam tradições africanas e um cristianismo ativamente reconstruído por aqueles agentes.
- 11 Por fim, no capítulo 8, o autor parte do testamento de José Breves, que teve por executor testamentário exatamente seu irmão Joaquim, para investigar o projeto senhorial de governo sobre os trabalhadores e sobre as fazendas mesmo após a sua morte. Porém, mais do que isso, o autor demonstra a reversão que os próprios “libertandos” fizeram desses dispositivos, usando-os estrategicamente tanto para por abaixo os desígnios de seu antigo senhor como para dificultar as orientações que o testamenteiro Joaquim procurava imprimir a eles. As posturas diversas dos dois irmãos Breves sobre a situação refletem duas das leituras senhoriais possíveis daquele processo.
- 12 Entre as questões que se podem levantar sobre a obra está a de que, apesar da análise acurada do contexto da cafeicultura no Vale do Paraíba, sente-se falta de diálogo com trabalhos sobre outros contextos agrários escravistas regionais e com as práticas de suas elites. É certo que a grande lavoura de café se tornou ainda mais protagonista no escravismo brasileiro após 1850, mas a escravidão também foi importante em diversas outras regiões, como têm demonstrado uma gama importante de estudos. As diferenças existentes entre esses contextos poderiam, por contraste, ajudar a iluminar a própria realidade do vale.
- 13 Por fim, os méritos do livro de Thiago Pessoa são muitos e apenas uma parte pode ser entrevista nesta resenha. Dentre eles, destaque-se a escolha de considerar como variável analítica relevante a agência e as relações dos sujeitos envolvidos naquele

contexto de fortes incertezas, buscando escapar ao anacronismo e às derivações teleológicas de análise, sem, no entanto, descuidar dos condicionantes estruturais. Além disso, impressionam o rigor e a criatividade empregada pelo historiador na arte de congregar de modo pertinente uma grande diversidade de fontes e práticas metodológicas. *O Império da Escravidão* é uma obra que se destaca no contexto da historiografia sobre a escravidão nas lavouras de café do Brasil, amplia nossas possibilidades de reflexão sobre a reprodução da desigualdade social nas fronteiras do capitalismo e nos convida a ir adiante.

AUTORES

LUÍS AUGUSTO FARINATTI

Professor Associado, Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil